

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - CTC

10.05.2023

* * *

- Abre a reunião o Sr. Ricardo Madalena.

* * *

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Bom dia a todos, bom dia a todas. Havendo número regimental, nós abrimos a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Transportes e Comunicações, da 1ª Seção Legislativa da 20ª Legislatura.

Registro com maior prazer a presença dos senhores, nossos pares, Sr. Deputados Paulo Mansur, Ricardo Madalena - este que vos fala -, deputado Donato, deputado Enio Tatto, deputado Milton Leite Filho, deputado Oseias de Madureira, deputado Valdomiro Lopes e deputado Atila Jacomussi. Deputado Luiz Fernando, perdão, está aqui, membro substituto que está substituindo hoje o deputado Emídio de Souza. Emídio só está em Brasília agora, hein, Emídio?

Vamos lá, Ordem do Dia. Nós não temos Atas anteriores, então estamos pulando essa parte. Projeto de lei para Deliberação não-conclusiva. Item 1. Projeto de lei nº 660/2019. Autor: deputado Coimbra. Assegura o direito de travessia gratuita no prazo de 20 minutos, no pedágio das rodovias estaduais paulistas, ao usuário que houver efetuado o pagamento da tarifa numa mesma praça que faça cobrança bidirecional. Relator: deputado Paulo Mansur. Voto favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Sr. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 2. Cadê a pastinha? Aqui só está o Item 1. Projeto de lei nº 712/2019. Autor: deputado Edson Giriboni. Denomina “General Diogo Branco Ribeiro” o viaduto localizado no km 208, mais 700 metros, da Rodovia Raposo Tavares - SP-270, o entroncamento com a SP-189 em Campina do Monte Alegre. Relator: deputado Valdomiro Lopes. Voto favorável conclusivamente na forma do substitutivo apresentado pela CCJR.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto.

Item 3. Projeto de lei nº 1.151/2019. Autor: deputado Roque Barbieri. Denomina “Toribio Cardoso” o viaduto localizado no km 546 da rodovia Feliciano Sales Cunha - SP-310, em General Salgado. Relator: deputado Valdomiro Lopes. Voto favorável conclusivamente. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto.

Item 4. Projeto de lei nº 319/2021. Deputado Léo Oliveira. Denomina “Osvaldo Leoni - Badú” o trevo de acesso SPA 194/253, localizado na Rodovia Cunha Bueno - SP-253, em Pradópolis. Relator: deputado Valdomiro Lopes. Voto favorável conclusivamente. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do Relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Valdomiro Lopes.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Para fazer uma sugestão à comissão que, em sendo aprovados, na verdade, essas homenagens, que o DR seja imediatamente cientificado, para que coloque o nome dos homenageados nos referidos lugares, porque vejo que têm homenagens antigas que, às vezes, ainda não constam o nome do homenageado. Então isso é um trabalho de vários deputados, alguns deles já não estão mais conosco aqui, mas já foram nossos companheiros que merecem tanto a homenagem dos deputados como a homenagem dos seus homenageados.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, será relatado aqui pela secretaria e tomaremos essa providência, deputado Valdomiro Lopes.

Item 5. Projeto de lei nº 338/2022. Autor: deputado Rafael Silva. Denomina “José Gaspar Gomes” viaduto localizado no km 348 da Rodovia estadual Cândido Portinari - SP-334 em Batatais. Relator: deputado Paulo Mansur. Voto favorável conclusivamente

na forma do substitutivo apresentado pela CCJR. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Agora...

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Tire uma dúvida aqui, um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pois não.

O SR. ENIO TATTO - PT - Estava previsto que fizéssemos a votação à indicação de um dos diretores da Artesp.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sim.

O SR. ENIO TATTO - PT - Eu estou vendo aqui na pauta que não consta, mas consta no comunicado. Como é que funciona isso, não precisa estar na pauta ou vai ser adiado?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Não, não. No comunicado hoje que todos receberam no grupo do WhatsApp, comunicamos que primeiro seria apreciada a pauta que está em anexo sendo apreciada, e o Item 2, proceder à arguição do Sr. Santi Ferri, que já se encontra aí e daqui a pouco é o item 2, que nós vamos ouvi-lo aqui.

O SR. ENIO TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Está bom, deputado Enio? Bom, dando sequência aqui.

Item 6 para deliberação. Indicação de dois membros para ocuparem o cargo reservado ao Poder Legislativo junto ao conselho consultivo da Artesp.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Valdomiro Lopes.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Para indicar como um dos membros o deputado Enio Tatto.

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Só um minutinho, deputado Donato, só para eu concluir aqui. Nos termos do Art. 18, § 2 da Lei complementar estadual nº 914, de 14/01/2002. Alguém tem alguma indicação para fazer membro? Já temos a indicação do deputado Enio Tatto, e nós temos mais uma vaga. Mais alguém faz a indicação?

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - Para indicar o deputado Valdomiro Lopes.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, então nós temos dois indicados aqui, deputado Enio Tatto e deputado Valdomiro Lopes. Mais alguém? (Pausa.) Ok então, vamos pôr aqui. (Pausa.) Bom, vamos lá então, dando sequência. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Srs. Deputados que forem favoráveis às duas indicações, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Agradecer o apoio de todos vocês, a indicação, deputado Valdomiro, da minha bancada também, e espero que nós façamos um trabalho importantíssimo lá na Artesp, já que é um assunto importante do estado de São Paulo e da sua população, principalmente no que se trata em rodovias, concessões, pedágios, que atormentam tanto a população do estado de São Paulo, os custos da produção no estado. E que a Assembleia Legislativa, através deste deputado e do deputado Valdomiro Lopes, possa ter uma representação digna e que nós tragamos realmente esse debate aqui para a comissão, aqui para a Casa, o que é importantíssimo.

Muitos deputados têm conversado comigo e eu tenho observado que muitas vezes a gente fica ausente dessas discussões tão importantes para o estado de São Paulo, para a economia do estado de São Paulo, para a população do estado de São Paulo. Então, muito obrigado a todos vocês pela confiança.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado, deputado Enio Tatto, pelas suas colocações. Com a palavra, deputado Valdomiro Lopes.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Primeiro, agradecer ao deputado Donato pela indicação do meu nome, agradecer a V. Exa., a todos os companheiros da comissão por terem aprovado por unanimidade a nossa condução a esse conselho, que, apesar de consultivo, Sr. Presidente, é um conselho muito importante, porque é a presença do Legislativo, da Assembleia de São Paulo, na Artesp.

E nós podemos levar para lá não só as demandas do estado de São Paulo como um todo, mas também sermos eu e o deputado Enio Tatto os elementos a levarem demandas desta comissão e da nossa Assembleia de São Paulo. Portanto, muito obrigado pela confiança e pela indicação do meu nome para o conselho da Artesp. Muito Obrigado.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Já, já, deputado Luiz Fernando. Só para fazer uma observação, gostaria de agradecer aqui, que não está conosco, mas faz parte desta comissão, o líder do Governo, Xerife do Consumidor, que gentilmente cedeu essa vaga à minha pessoa, e eu cedi essa vaga ao deputado Valdomiro, porque normalmente há uma rotatividade na questão do Conselho Consultivo da Artesp, para todo mundo ter vez e todo mundo estar presente lá.

Em respeito a ser o nosso mais velho aqui - velho não, mas vamos falar assim, mais experiente, com certeza - desta comissão, que já passou pelo Parlamento lá atrás, duas, três vezes, e agora com essa solicitação, ser uma pessoa com uma experiência vasta.

E também as concessões que estão em volta de São José do Rio Preto, nós sabemos da importância de vocês dois, assim como V. Exas. aqui, o deputado Enio Tatto e o deputado Valdomiro Lopes, que vão estar representando a Assembleia de São Paulo e esta comissão junto ao conselho consultivo, que é de suma importância para debater as demandas e as necessidades da população, do usuário das rodovias do estado de São Paulo. Com a palavra, o deputado Luiz Fernando Teixeira.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Obrigado, senhor.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Primeiro, queria parabenizar os deputados Valdomiro Lopes e Enio, saudar os membros da comissão e, como primeira tarefa aos nobres membros dessa Casa, eu quem fui conselheiro junto com o presidente dessa comissão na Artesp, também, é muito importante, Enio... Governo novo, novos métodos. Agora, não tem sentido um deputado estadual tentar marcar uma audiência com o presidente Milton Persoli, da Artesp, e ter que falar com o secretário Kassab para autorizar.

Nós somos deputados. E aí, Sr. Presidente, eu queria pedir ao senhor, que é membro da bancada que apoia o governador, que nós precisamos reparar isso aqui. Eu pedi uma agenda ao presidente da Artesp, Sr. Milton Persoli, junto com o prefeito da cidade de Diadema, o José de Filippi, e hoje fui cientificado de que devo pedir autorização ou cientificar o secretário Kassab. Fá-lo-ei, mas nós precisamos lembrar ao governo que aqui está se instalado que esta Casa é quem fiscaliza o governo, e nós não temos que pedir autorização a ninguém.

Nós podemos fazer de duas formas: ou ele abre a agenda para nos receber ou a gente convoca, ou convida, porque esta Casa tem o hábito de: “Olha, vamos mudar. Daqui a

pouco nós vamos ver uma sugestão de mudança de convocação para convite”. Legal, fica mais tranquilo. Agora, não tem sentido, e eu acho que esta comissão, sobretudo os dois conselheiros da Artesp, deputado Enio Tatto e deputado Valdomiro Lopes, têm que organizar isso e peço a sua intervenção, Sr. Presidente.

Não tem sentido um deputado, do partido que seja, querer falar com algum secretário, ou algum diretor, ou algum presidente de alguma agência reguladora e ter que pedir permissão para a Casa Civil ou para a Secretaria de Governo. Então eu queria pedir a intervenção desde já.

Vou ligar ao secretário Kassab, sou amigo dele, vou falar: “Kassab, disseram-me que tem que falar com você, não vejo sentido em fazê-lo”. Agora, é a desmoralização desta Casa se nós mantivermos essa postura, Sr. Presidente. E aí eu peço ao senhor, como presidente desta comissão, como órgão fiscalizador da Artesp, que “bote ordem no galinheiro”, porque isso é um absurdo.

Imagina um deputado da Casa querendo falar com o diretor da Artesp e ter que pedir autorização para o secretário X ou Y, eu acho que aí é dizer que nós não somos nem um quintal do Palácio dos Bandeirantes, nós somos chegadinhos, e precisamos regularizar isso. Parabenizar deputado Valdomiro Lopes, deputado Enio Tatto e dar já essa missão aí, não é, deputado Donato? Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente, aproveitando a oportunidade do tema.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Agradeço a colocação e já está registrada. Vamos falar, sim, tomar essa medida junto ao secretário, porque é ingovernável se cada vez que alguém tiver que falar, deste Parlamento, com alguém numa autarquia, numa concessão, ter que pedir ao Palácio dos Bandeirantes para anuência. É lamentável a situação que o senhor está colocando aqui. Eu estou pasmo aqui, não querendo acreditar, mas, da Artesp, o que é que nós poderíamos esperar?

E agora, quem sabe, com esse governo novo, eu que participei no passado junto com Tarcísio, o Dnit por 4 anos e meio dos 7 anos em que eu permaneci no Dnit, sei da seriedade, competência, qualificação dele como profissional, e muitas coisas vão mudar, tenho convicção disso, neste governo, que se inicia praticamente há quatro meses que está aí e tenho convicção de que vai mudar muita coisa e para melhor para nossa população, deputado Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - O senhor me permite um aparte, um apartezinho?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pois não.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Queria só destacar - e que fique nas linhas dessa Casa - que o governo da Dilma promoveu duas importantes lideranças, V. Exa., deputado dessa Casa, presidente desta importante comissão, e o governador Tarcísio, cria do nosso governo da Dilma, espero que ele realmente faça. Eu acho que ele tem no fundo, no fundo, um sangue petista, inclusive.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Qualificação ele tem de sobra, e começa hoje, aqui, com a chegada do engenheiro Santi, que tem um currículo invejável e vai assumir, se Deus quiser, vai passar pelo crivo desta comissão à diretoria de operações. Então as coisas começam a dar um ar técnico e de competência dentro deste órgão, que é de suma importância para a população e o usuário nosso. Com a palavra, deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - Obrigado, presidente. Aproveitando o comentário, a fala do deputado... Ia chamar ele de Paulo Texeira. São tantos irmãos e eu conheço vários. Mas o Luiz Fernando colocou bem, e eu só queria registrar o seguinte: eu conheço o engenheiro Milton Persoli, ele é engenheiro da CET, de carreira, de muitos anos, teve vários cargos na Prefeitura de São Paulo, e no ano passado eu, sem ser deputado, estive três vezes na Artesp. Esse ano eu não consigo falar com o Milton Persoli e agora eu estou entendendo a razão.

Só que a agência é uma agência com mandato, nós vamos discutir o mandato de um futuro diretor da agência. Ela não está subordinada ao governo, por isso que tem mandato. A gente está vendo a discussão do Banco Central, é igualzinho aqui. Então ele não tem que se subordinar ao governo, é errado, porque ele não é subordinado pela natureza da agência. Então é mais grave ainda. Se é essa razão que o deputado Luiz Fernando apresentou, é grave.

Então eu espero que não seja essa razão e que isso possa ser corrigido rapidamente, porque não é da natureza da agência e, como ele disse, é das nossas prerrogativas.

Ninguém vai lá tomar café, vai lá porque tem problemas para serem resolvidos que dizem respeito à regulação da Artesp. É isso, Sr. Presidente.

O SR. ATILA JACOMUSSI - SOLIDARIEDADE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Questão de ordem, deputado Atila Jacomussi.

O SR. ATILA JACOMUSSI - SOLIDARIEDADE - Em primeiro lugar, quero parabenizar a indicação do nobre deputado Valdomiro e também do nobre deputado Enio Tatto. Também diante dessa discussão, dessa fala, eu quero fazer coro ao deputado Luiz Fernando, até porque nós temos que ser muito claros e nós não podemos fugir das nossas funções, presidente Ricardo Madalena, e uma delas é fiscalizar. E dentro dessa função de fiscalizar nós só teremos as informações que realmente temos que ter, até para exercer essa função, ao termos a interlocução.

E quando o deputado Donato faz essa fala, é muito claro: uma agência ou uma autarquia tem independência. Nós temos uma independência, a maior de todas, deputado Luiz Fernando, deputado Donato, que é a adquirida pelo povo, pelo voto. Somos eleitos pelo voto popular, então nós temos uma grande missão: em primeiro lugar, fiscalizar; em segundo lugar, atender aos pedidos da população; e em terceiro lugar, responder à população, deputado (Inaudível.).

Então o que a gente espera é realmente um tratamento. Acho que nós temos que ter a cordialidade dessa Casa com o governo, mas também a cordialidade do governo com essa Casa. Imagine, a todo momento aqui, o deputado tendo que pedir licença? Nós temos que tratar com educação, com critérios, mas o deputado não pode ser impedido de exercer sua função, sua prerrogativa.

Recebi aqui o indicado do governo, Santi Ferri, e eu disse, sendo muito claro: nós sabemos que o momento oportuno, em que o Santi vai estar explanando e vai ser sabatinado aqui, mas uma das coisas que eu falei com o Santi naquele momento é a porta aberta. Deputado tem que ter porta aberta.

Imagina, a todo momento em que o deputado é questionado, ele tem que pedir licença ou então mandar e-mail, e o e-mail é retornado, deputado Madalena: “Olha, mas qual a questão, a questão política, a questão isso, a questão aquilo?” Nós não podemos

admitir isso, nós não podemos admitir isso. Nós não fomos eleitos para isso, nós fomos eleitos aqui para exercer nossa função, e ela é clara e transparente.

Então quero dizer que hoje nós vamos sabatinar o Santi Ferri, e eu sempre tive um primeiro ponto aqui: não sou de vetar ninguém, até porque, no momento em que você veta alguém, você tem o direito de ser vetado, mas também quero ser respeitado dentro do governo, dentro dessa Casa e também dentro das agências reguladoras. Então quero fazer o coro aqui e deixar minha posição, minha conclusão desse fato, desse debate, aqui.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado pelas palavras, deputado Atila Jacomussi. Mais alguém? Dando sequência aqui, vamos dar sequência então, parabenizar aqui o deputado Enio Tatto, que acho que está no quinto, sexto mandato nesta Casa, não é, Enio?

O SR. ENIO TATTO - PT - Sexto.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sexto mandato nesta Casa e vai nos representar com propriedade, assim como também o deputado Valdomiro Lopes. Item 7.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Oseias de Madureira.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Sr. Presidente, unindo-me a quem eu tenho um apreço, deputado Luiz Fernando, suas palavras - parabenizar também os deputados Valdomiro e Enio Tatto pela indicação -, mantendo sempre a moralização da Casa, não tenho dúvida disso, mas sugiro à essa Presidência, com anuência do deputado Donato, que nós possamos, em vez de convocar o secretário, convidá-lo.

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - Eu aceito e acredito que seja o mais correto mesmo que, no Regimento da Casa, aparece que não existe a figura do convite, tudo é convocação, mas enfim, acho que esse é o procedimento.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, com certeza.

O SR. DONATO - PT - Primeiro convidar a autoridade, e se caso ela descumpra o convite por uma ou duas vezes, nós possamos então convocá-la, mas eu acredito que esse tenha que ser o rito da comissão e aceito completamente a sugestão, deputado Oseias.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok então, combinado. Vamos lá então. Item 7. Requerimento nº 635/2023, de autoria do deputado Donato. Requer a esta comissão, nos termos regimentais, Item 1º do Art. 13 da Constituição do estado, o convite ao Sr. Secretário de Transportes Metropolitanos, Sr. Marco Antonio Assalve, assim como a emissão de convite ao representante da concessionária ViaMobilidade e ao representante do Ministério Público do Estado de São Paulo, com o objetivo de prestar a esta comissão informações sobre o contrato de concessão firmado com o consórcio ViaMobilidade.

Antes de eu pôr para apreciação dos pares, nós temos uma dúvida aqui. Agradeço aqui a presença do deputado Xerife do Consumidor, que faz parte desta comissão. Antes de pôr em votação, eu queria fazer uma observação, que nós temos aqui agora, na verdade, a secretaria do Rafael Benini, do Sr. Rafael Benini, que cuida da questão de participação, e eu acho que cabe a ele essa...

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - Não, o senhor tem razão que recentemente foi transferida a Secretaria de Desestatização do secretário, o Sr. Rafael Benini.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É, é isso que estou tentando achar aqui, alguma coisa.

O SR. DONATO - PT - E se o senhor me permitir, eu agregaria o convite também a ele, mas o Sr. Secretário de Transportes Metropolitanos acompanhou todo o desenvolvimento da concessão. Inclusive, tem notícias no jornal que ele e o secretário Benini, reunidos com o Ministério Público, informou ao Ministério Público que aplicou milhões em multa à concessionária, então eu acho que ele também pode ajudar.

E é só uma conversa para nós entendermos, então todos os atores, seria importante que estivessem. O senhor tem razão, se nós pudermos agregar o Sr. Rafael Benini também como convidado, ou alguém que ele designe, porque tem uma comissão de concessões que tem um responsável, eu até tenho o nome aqui.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Bom, eu acho que nós poderíamos, então, deputado Donato, realmente convidar o Sr. Rafael Benini, que é o secretário de Parcerias em Investimentos, para assomar junto com o secretário Assalve.

O SR. DONATO - PT - Isso, acho que fica mais completo, eu acho que o senhor tem razão.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu acho que o que um não poderia dizer que cabe ao outro, pelo menos, estão os dois aqui para poder solucionar.

O SR. DONATO - PT - Exatamente, fica perfeito.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Se todos concordarem, acho que não precisa nem pôr em votação e já vamos aprovar aqui então. Vamos aprovar aqui. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Srs. Deputados que forem favoráveis ao que acabamos de relatar, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Oseias de Madureira.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Só de forma pública agradecer ao deputado Donato por aceitar que possamos, em vez de convocá-lo, convidá-lo. Obrigado, deputado.

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - Também para agradecer a postura dessa comissão. É minha primeira reunião em uma comissão e eu sei que em outros momentos foi mais difícil...

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - Primeira vez sem pedido de vista.

O SR. DONATO - PT - Sem pedido de vista. Então, deputado Milton Leite, acho que é uma prática que, se a gente conseguir mantê-la em assuntos importantes, eu acho que vai enriquecer o trabalho de toda comissão, independentemente se é oposição ou situação, mas no sentido de melhorar a vida do cidadão, que é o objetivo de todos nós aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Não tenho dúvida nenhuma e assino embaixo, deputado Donato.

Dando sequência agora, só para ciência, o Item 8, que vai estar nessa secretaria, para quem quiser tomar ciência deste item. E dando sequência, nós estamos agora com o Item 2 da pauta, que é proceder à arguição do Sr. Santi Ferri, indicado ao cargo de diretor de operações, para integrar o conselho diretor da Artesp, nos termos do Art. 1 da Lei complementar nº 918, de 11 de abril de 2002, alterado pelo Art. 1 da Lei complementar nº 1.175, de 2 de maio de 2012.

Eu faço o convite ao Sr. Santi Ferri para que tome o assento aqui ao lado desta Presidência para que explique, em até 20 minutos, segundo o Regimento, e depois possa ser arguido pelos pares desta comissão. Seja bem-vindo, Santi.

O Sr. Santi Ferri esteve nesta Casa, acho que acabou visitando quase todos os membros, e apresentou seu currículo também, que foi enviado a todos os pares. E o Sr. Governador, no dia 11 de abril, fez o comunicado à esta comissão, na qual agora nós vamos ouvi-lo e depois passar para os demais pares a arguição do engenheiro Santi Ferri. Com a palavra, o Sr. Santi Ferri.

O SR. SANTI FERRI - Bom dia a todos, gostaria, inicialmente, de cumprimentar aqui, em nome do presidente da Comissão de Transportes, Dr. Ricardo Madalena, todos os demais membros deputados desta Casa, deste Parlamento. Primeiramente, vou me apresentar para os senhores.

Eu sou engenheiro civil, formado pela Faculdade de Engenharia de São Paulo, sou também tecnólogo pela Fatec nas modalidades de Edificações e Movimentos de Terra e Pavimentação, tenho mestrado e doutorado em Infraestrutura de Transportes pela Escola Politécnica da USP. Sou servidor do estado de São Paulo, concursado pela Artesp, em 2017 eu ingressei.

Tive cedido pelo governo federal durante três anos. Em 2020 foi pedida a minha cessão e por lá eu trabalhei na antiga EPL, que era a Empresa de Planejamento e Logística, depois virou Infra S.A, teve uma fusão com a Valec e virou Infra S.A. Estive lá até semana passada, quando fui exonerado para poder voltar para a Artesp. Então teoricamente eu faço parte do quadro de servidores da Artesp efetivamente e estou à disposição dos senhores para tirar eventuais dúvidas, espero que a gente possa esclarecê-las.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, por ordem de inscrição aqui.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Vamos pôr aqui, quem levantou primeiro foi o Luiz Fernando Teixeira, depois o Valdomiro, o Tatto e depois o Donato.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente, para me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Se inscreveu também o Oseias, vamos lá então. Por ordem, Luiz Fernando Teixeira. Com a palavra, deputado Luiz Fernando Teixeira.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Primeiro queria saudar o Sr. Santi Ferri, desejá-lhe as boas-vindas aqui na Casa, parabenizá-lo pelo vasto currículo, uma pessoa que se preparou muito bem. Mas o senhor, na Artesp, desenvolveu qual área?

O SR. SANTI FERRI - Eu era membro da diretoria de investimentos na parte de projetos, então eu sou especialista três na parte de pavimentação, que cuida lá não só dos projetos, mas cuidava na época dessa parte de aprovação dos projetos de ampliações de capacidade. Então a parte de pavimento, a parte de conserva de pavimento, monitoramento dos índices de qualidade do pavimento, IRI, o trincamento, acostamento, degrau no acostamento, então trabalhei durante muito tempo nessa função.

Um pouco antes de sair para a EPL, me foi confiado um trabalho de fazer parte de uma comissão de novas tecnologias, onde estudamos, por exemplo, a implementação da certificação de projetos e obras, que depois o federal também acabou agregando e incorporando lá por achar que também fosse um procedimento muito bom, uma prática muito saudável.

Também participei dos projetos de novas concessões, então foi isso que também um pouco me capacitou para trabalhar na EPL e na Infra S.A., porque lá, justamente, eu era o superintendente que gerenciava essa equipe que elaborava os projetos de novas concessões. Então participei de alguns projetos lá, por exemplo, o da Dutra.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Perfeito. Eu lhe fiz essa pergunta, nobre Santi Ferri, primeiro porque seu currículo é irretocável, o quanto o senhor se preparou, mas eu percebi, de fato, que a sua especialização é na área de pavimentação, seu grande foco, o senhor mesmo relatou.

O senhor está sendo nomeado para uma área que não tem muito a ver com a pavimentação, que é a operação propriamente dita, é o funcionamento, é o fluxo, o que está dando problema. O senhor, nesta área específica, ainda não tinha tido nenhuma oportunidade?

O SR. SANTI FERRI - Veja, quando, mesmo na Artesp, eu participei de projetos de novas concessões, confiaram-me uma função de liderança da parte de engenharia, então nós tínhamos as frentes de meio ambiente, engenharia, jurídico, econômico e financeiro. Então a frente de engenharia que envolvia tanto investimentos quanto operação ficou confiada a mim.

A mesma coisa aconteceu no caso da Infra S.A., então a minha gerência, no caso da Infra S.A., cuidava tanto da parte de investimento quanto da parte da operação, ou seja, era minha equipe que modelava toda parte de operações, toda parte de investimentos. Então eu tenho sim experiência, vamos dizer, na modelagem desses projetos, eu sei muito bem como funciona, como precificar, tudo que aconteceu de problema e a gente tentou melhorar nos outros contratos, nos próximos contratos, por exemplo.

Eu sei como funcionam os contadores de tráfego, eu sei como funciona a parte de contabilidade de acidentes, a parte de sinalização e segurança das rodovias, as normas, eu tenho bastante experiência com isso por conta dessas duas experiências, tanto na Artesp, quanto na Infra S.A.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Só para concluir, eu, parafraseando o deputado Atila, não tenho veto absolutamente a ninguém, não tenho dúvida da sua competência, da sua capacidade, do seu preparo, mas tenho uma preocupação, porque nós estamos falando de coisas distintas. Uma coisa é elaborar, liderar uma equipe, a outra coisa é cuidar de uma operação.

Eu lhe desejo muita sorte, lhe desejo sucesso, o que o povo paulista precisa, mas fico aqui com um pé atrás - naturalmente vou votar favoravelmente - com a sua falta de experiência na questão da operação propriamente dita. Mas quero, de forma pragmática, parabenizar-lhe e torcer para que o senhor, de fato, faça diferença frente à Artesp, que é a agência reguladora das concessões aqui de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado, deputado Luiz Fernando Teixeira. Com a palavra, deputado Valdomiro Lopes. Tem o tempo regimental de até dez minutos.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Muito obrigado, saudar o Dr. Santi Ferri e dizer o seguinte: novo governo, nova diretoria, nova função, até para ajudar a esclarecer as dúvidas que o deputado que me antecedeu fez a V. Exa., que é o seguinte: quais são as

primeiras medidas, quais são os seus planos de trabalho para essa diretoria, que é das mais importantes diretorias de operações na Artesp?

Conte para nós o que vai no seu plano de trabalho, na sua cabeça, na sua forma de operacionalizar, na verdade, para que qualquer dúvida que possa existir pelo seu belo currículo, pela sua boa história, comece com todos os créditos aqui pela nossa comissão.

O SR. SANTI FERRI - Bom, inicialmente, colocar que eu sou um entusiasta da tecnologia, então para mim vai muito nessa linha. Eu acho que os órgãos públicos necessitam disso. E Artesp é uma agência enxuta em termos de funcionários e colaboradores, então precisamos investir em tecnologia. Eu pretendo ampliar a atuação da tecnologia na fiscalização, por exemplo, das rodovias.

Colocar, por exemplo, drones para fazer fiscalização de rodovias, a inteligência artificial para identificar incidentes automaticamente. Temos muita tecnologia disponível e não estamos usando, então eu pretendo muito. E já conversei com o secretário sobre isso, só aceitei o convite nesses termos, que eu pudesse realmente implementar esse tipo de coisa.

Falando em tecnologia, também me foi colocado já um desafio de implementar o “free flow” nas rodovias, o pedágio de fluxo livre, então isso passa muito também pela tecnologia, eu acho que é por aí.

A questão do “free flow” também vai melhorar a questão da justiça tarifária, porque é aquele velho problema de as vezes você ter um usuário que pega um trecho de 10 quilômetros da rodovia e acaba passando na ida e na volta, do trabalho para casa, então o “free flow” vai melhorar essa justiça tarifária para que ele pague exatamente o que ele percorreu e não a tarifa cheia de um TCP de 50, 60 quilômetros. Então eu acho que é nesse sentido, passa muito por aí.

E também colocar que, durante a minha passagem pela Artesp, eu também tinha esse viés um pouquinho, colocamos nos editais novos o sistema de gerenciamento eletrônico na rodovia. Então hoje em dia tem muita informação integrada no CCR.

A Artesp consegue, em tempo real, medir nível de serviço das rodovias, saber onde está tendo acidente, tem filmagem em 100% dos trechos, detecção automática de incidentes dentro do CCI, então conseguimos saber onde está tendo problema de acidente e tomar alguma ação com relação a isso. Não sei se esclareceu, mas acho que passa muito por aí.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, obrigado, deputado Valdomiro Lopes.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - O senhor me permite rapidamente, Sr. Presidente? Eu sou suplente nesta comissão e vim garantir o quórum em respeito ao novo diretor, quero deixar registrada a nossa aprovação à sua indicação, mas queria pedir permissão a V. Exas. para que eu possa me ausentar.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, muito obrigado pela sua participação, deputado Luiz Fernando Teixeira. Com a palavra, deputado Enio Tatto, dando sequência.

O SR. ENIO TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar todos os pares aqui, cumprimentar o Santi Ferri, que recebi ontem, conheci-o, estava acompanhado do secretário Rafael Benini e até perguntei: “Está sendo bem apresentado pelo secretário, não é?”, mas ele ontem esclareceu que o secretário também passou pela Artesp, então tem uma relação antiga. Santi, você estava aqui na reunião desde o início.

O SR. SANTI FERRI - Sim.

O SR. ENIO TATTO - PT - Você viu as reclamações dos deputados, principalmente a respeito do presidente da Artesp, Sr. Milton. Eu queria falar para todos os deputados aqui, o Sr. Presidente sabe muito bem disso, que desta mesma forma o presidente Milton foi para a Artesp. Ele veio aqui, foi apresentado, na época eu era 1º Secretário, recebi-o lá, com um currículo muito bom, que é o caso do Santi Ferri. Especialista não dá para questionar. E naquele momento, deputado Valdomiro, eu fiz a mesma pergunta para ele, porque eu já tinha precedentes sobre a Artesp.

Nesse mesmo sentido das reclamações do atendimento aos deputados e à população, aos prefeitos e aos vereadores. Não é nem uma pergunta, mas o senhor prestou atenção, verificou as demandas, as queixas, e isso é verdade, porque eu também passei por isso, deputado Madalena também passou por isso, porque nós trouxemos o presidente Milton aqui para tratar desse assunto, não é?

Então na hora de se apresentar é muito bom, nós apoiamos, a gente não tem veto nenhum, eu não lembro de veto nenhum nas indicações, mas depois que chega lá, muda,

e é muito ruim isso. Por quê? Porque quando fazemos um pedido, um requerimento para Artesp, para qualquer membro ou para a Artesp como um todo, muitas vezes não é da nossa cabeça, é uma demanda vinda de algum lugar.

Eu até lembro que fui fazer uma audiência pública sobre os pedágios na região de Penápolis, deputado Donato, e naquele dia, inclusive, foi convidado alguém da Artesp para participar, e não apareceu ninguém na Câmara Municipal de Penápolis para tratar de um assunto importante, que eram dois pedágios, se eu não me engano, na região, no governo Doria, e não participaram. E a reclamação é muito grande, tanto dos prefeitos como dos vereadores e da população.

Tinha uma professora lá que falou o seguinte: “Deputado, eu sou professora aqui na região, dou aula e tenho que ir em duas cidades todos os dias para lecionar, e eu pago dois pedágios todos os dias”. e ela até falou o valor do salário dela, então era insuportável. E quando procuramos a Artesp, a gente não tem essas respostas, não tem esse atendimento. Então de mudar isso, daquilo que o senhor ouviu aqui antes de começar essa reunião a respeito da Artesp, de atender essa população.

Não é só o deputado, não, mas uma câmara municipal, um prefeito, uma associação, porque você, quando mexe com concessões, com as estradas, com pedágios, você mexe com a vida das pessoas, com a economia da cidade, a economia da região.

Então é essa atenção que nós pedimos muito para o senhor, mas nada contra, acho que tem todo o currículo aqui para assumir esse posto de diretor especializado e que a gente seja bem-atendido. Quando falamos a gente, é em nome da população, já que estamos aqui através do voto popular. No mais, parabéns e que tenha êxito e sucesso lá nessa nova empreitada. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado, deputado Enio Tatto. Pois não?

O SR. SANTI FERRI - Não, só comentar. Eu vou, de qualquer forma, levar essa impressão que eu tive aqui para o secretário. Obviamente, no tempo que estive na Artesp, participei de inúmeras reuniões com deputados, com prefeitos, então a Artesp costumava recebê-los sempre.

Eu entendo também que a Secretaria tem o planejamento, então a Artesp cuida de uma parte do sistema, vamos dizer assim, é o sistema concedido, mas quem tem o planejamento todo na cabeça de todas as rodovias do estado é a Secretaria.

Eu entendo que eles devam participar de toda e qualquer reunião, mas óbvio que não teria sentido nenhum não receber demandas da sociedade ou nenhum dos senhores lá na Artesp, acho que a transparência pública tem que ser preservada. Acho que nesse sentido, da minha parte, não haverá nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, obrigado pelas colocações. Com a palavra, deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - Obrigado, presidente. Um bom dia, senhor Santi Ferri. Para não tomar muito tempo, que eu tenho algumas perguntas, então vamos direto a elas. O senhor trabalhou na EPL - pelo seu currículo e pelo que o senhor apresentou aqui - estruturando concessões também.

O SR. SANTI FERRI - Isso.

O SR. DONATO - PT - O senhor pode dizer quais concessões o senhor estruturou e se elas saíram do papel?

O SR. SANTI FERRI - Sim, nós estruturamos a 153 Tocantins-Goiás, que foi licitada, a BR-163 MT-Pará, que também foi licitada, a Dutra, que foi licitada, a relicitação da CRT, que virou Rio-Valadares.

Quando eu saí, a gente ainda estava estudando três projetos que estavam para sair no final do ano passado e não saíram, mas com certeza sairão este ano, que são os lotes do Paraná, lote um e dois do Paraná. Eram seis lotes. Desses, dois iriam sair já de cara assim. Um trecho da Concer, que virou Rio-BH, também estava para sair.

Estávamos no início de estudo nas rodovias de Santa Catarina também e as relicitações da Concebra, via 040, via Bahia, litoral fluminense, Eco-101 e Ecosul, então é um (Inaudível.) gigantesco de projetos ali que foram justamente iniciados, a iniciativa de começar a estudar foi na gestão do ministro Tarcísio.

O SR. DONATO - PT - O senhor foi convidado por ele para ir para a EPL?

O SR. SANTI FERRI - No caso, pelo secretário Rafael Benini, que foi convidado pelo Tarcísio.

O SR. DONATO - PT - Mas eu perguntei isso porque eu queria saber, assim, qual a principal diferença entre a estruturação das concessões federais e as atuais concessões estaduais?

O SR. SANTI FERRI - Bom, a gente...

O SR. DONATO - PT - Parece-me que, no peso do pedágio para o usuário, existe uma diferença significativa. Queria que o senhor comentasse sobre isso.

O SR. SANTI FERRI - Veja, São Paulo têm, senão as dez, as 20 melhores rodovias do País que são concedidas e estão no estado de São Paulo. Não é à toa: o padrão de rodovia que temos em São Paulo a gente não consegue aplicar no resto do Brasil, mas eu senti um pouco essa dificuldade.

Temos aqui, por exemplo, os padrões de segurança, por exemplo a RAP, que é um padrão internacional de segurança, temos as rodovias todas duplicadas, ou a maioria delas, as concedidas, uma série de questões que, lá no federal, a diretriz que vinha para a gente do Ministério era: “Olha, não é para duplicar tudo, se não der para duplicar e estiver estourando o nível de serviço, faz terceira faixa, ou diminui o período de análise”.

Então nós estávamos fazendo gatilho para 30 anos, para 25 anos, diminui para 20, então a gente tentava, o cobertor era mais curto, mas sempre aquele negócio de “cobrir um santo para descobrir um outro”. Aqui em São Paulo, pelo que eu senti no tempo que estive aqui e depois fui para lá, é que aqui as rodovias realmente têm um padrão de qualidade maior, então o valor da tarifa é justo para isso.

Eu entendo que seja essa questão, nenhuma modelagem é feita com excesso. O cálculo da tarifa é justamente precificado em cima do que se vai ter de receita e despesa sem nenhuma folga, então creio que passa por esse ponto.

O SR. DONATO - PT - Bom, é algo que a gente precisaria aprofundar, mas enfim, não é para essa reunião. E eu estou me baseando na lei da Artesp. Um dos itens do Art. 3, o Item 3, as funções da Artesp: proteger os usuários do abuso de poder econômico que vise à dominação dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros.

Quando temos lá a Imigrantes a 33 reais, quando você tem o pedágio para Indaiatuba, por exemplo, na SP-75 é R\$16,80, parece-me que não está se protegendo o usuário do abuso do poder econômico. Por mais que você possa argumentar com a estruturação da condição da rodovia, eu acho que existem outras possibilidades para que o impacto na tarifa seja menor. Você tem alguma opinião a respeito?

O SR. SANTI FERRI - Bom, no caso da Ecovia, essa tarifa veio lá de trás, que foi um contrato da primeira etapa, lá de 97, 98, em que a taxa interna de retorno do projeto era coisa de 22%. Então essa taxa está se mantendo, essa tarifa está pagando aqueles investimentos que foram feitos naquele momento, por exemplo, com a construção da nova pista, que é toda em túnel...

O SR. DONATO - PT - Em geral a taxa interna de retorno das concessões federais é de quanto? Por volta de dez por cento?

O SR. SANTI FERRI - É, a atual 10%, mas aqui em São Paulo também.

O SR. DONATO - PT - Aqui em São Paulo também.

O SR. SANTI FERRI - Noroeste...

O SR. DONATO - PT - Então quando a concessionária pede um reequilíbrio econômico-financeiro por qualquer desequilíbrio, ela em geral ganha? E o Estado não pede o reequilíbrio econômico-financeiro num caso em que claramente está tendo uma taxa interna de retorno o dobro da normal? Não é função da Artesp verificar isso?

O SR. SANTI FERRI - Quando é uma inclusão... Só esclarecendo que eu ainda não posso falar em nome da Artesp, mas eu vou...

O SR. DONATO - PT - O senhor está candidatando para ser diretor, então preciso saber sua opinião.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Funcionário de carreira.

O SR. DONATO - PT - Um funcionário de carreira com um vasto currículo...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pode falar assim.

O SR. DONATO - PT - Que permite discutir melhor do que eu essas questões.

O SR. SANTI FERRI - Não, assim, eu entendo que é uma definição de política pública, então em sendo uma definição de política pública, essa questão da definição do patamar tarifário cabe mais ao secretário do que à própria Artesp. Mas, de qualquer forma, eu vou colocar a impressão que eu tinha de quando eu era da Artesp e justamente trabalhava nessa área de projetos que fazia inclusão de novas obras, ou seja, como é que é o procedimento para fazer uma inclusão de novas obras?

Vem um pedido, então, de política pública, ou seja, vem da Secretaria uma inclusão de obra, a gente faz toda a análise... O que é fazer a análise? Pede o projeto para a concessionária, projeto executivo com precificação na tabela de preços unitários do DR. Os analistas olham, se tiver algum exagero, mandam cortar. Então é para ficar enxuto, ou seja, tem que ser só o que realmente vai ser feito ali dentro da norma, não pode ter exageros. Uma vez aprovado esse projeto, esse orçamento, essa obra normalmente entrava por fluxo de caixa marginal, o que significa isso?

É uma TIR diferenciada do projeto original, então o projeto original está com 22% de TIR? Não, esse reequilíbrio dessa obra que está entrando agora vai ser precificado e compensado ou por tempo a mais de concessão ou por recurso do Tesouro ou por aumento de tarifa, que são as três modalidades, mas com uma TIR atual, ou seja, de 9,5%, 10% desse momento, ou seja, o desequilíbrio dessa obra é precificado com uma TIR diferente.

Isso já acontecia na agência acho que desde 2015, por aí, acho que foi aprovada essa portaria lá na agência, então a TIR é diferenciada para inclusão de novas obras.

O SR. DONATO - PT - E por último, o senhor me permita, não é nada pessoal, mas até para responder aqui o Art. 2 da lei que criou a Artesp, Item 3, que fala o seguinte: a Artesp obedecerá aos seguintes princípios: imparcialidade, evidenciada pela independência de influência de setores públicos ou privados que possam macular a credibilidade dos procedimentos decisórios inerentes ao exercício das funções regulatórias.

Além da sua atividade pública, o senhor trabalhou como consultor, com algum contrato, com alguma concessionária em São Paulo, com alguma empresa que compõe essas concessionárias?

O SR. SANTI FERRI - Olha, antes de ingressar na Artesp, eu trabalhei numa empresa projetista de rodovias que foi onde, inclusive, eu era estagiário e virei engenheiro, então aprendi bastante ali, mas essa empresa fazia projetos para o DR, o Dnit, a maioria dos projetos eram para o DR e para o Dnit, acho que eu nunca cheguei a fazer um projeto para uma concessionária.

O SR. DONATO - PT - E quando o senhor entrou na Artesp, o senhor nunca prestou nenhuma atividade privada para ninguém?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Paralela.

O SR. DONATO - PT - Paralela.

O SR. SANTI FERRI - Não, não.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok.

O SR. DONATO - PT - Está bom, obrigado.

O SR. SANTI FERRI - Só dar aula.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Só enriquecer um pouquinho, corroborar com as colocações do deputado Donato, para a ciência de todos os pares desta comissão, as primeiras concessões do estado de São Paulo, em 96, 97, 98, não constava planilha de cálculo. “Ah, vamos pôr uma taxa X, vamos cobrar pedágio Y e sucessivamente vamos fazer isso para todos”. Infelizmente foi isso que ocorreu em São Paulo: nós tínhamos uma cobrança aqui de TIR, Taxa de Retorno, chegando a 20 por cento.

É descabível nós, usuários de rodovias, pagarmos 20% de uma TIR. E nós tivemos a convivência, nesses 20 anos, do órgão que foi criado, que é a Artesp. E isso nós vamos debater, nós vamos convocar, nós vamos convidar e vamos apurar aqui nesta comissão.

É uma barbaridade o que fizeram todos esses anos, a convivência, que eu acredito que agora, com este governador que nós estamos aí, que é sério, é competente - eu tenho conhecimento do que eu estou falando, de causa, de ter trabalhado no passado juntos -, e com a qualificação que está ocorrendo agora, a partir de hoje, já com este profissional que aqui está sendo arguido por vocês.

Mas nós temos que apurar o que ocorreu e o que vinha ocorrendo, e não simplesmente prorrogar as concessões, o que é uma falácia no estado de São Paulo. Quero deixar bem claro isso aqui, que nós vamos tomar as nossas medidas cabíveis com todos os pares desta comissão.

Dando sequência aqui, nós vamos ouvir agora a arguição do Sr. Oseias e depois, damos sequência às inscrições, deputado Paulo Mansur e deputado Milton Leite Filho, que é vice-presidente desta comissão.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Eu quero, antes de tudo, Sr. Presidente, parabenizar o Sr. Santi Ferri pelo currículo tão vasto de uma experiência que, sem dúvida, é digna de louvor. E eu tenho percebido que a inovação e a tecnologia são a sua experiência - por que não dizer? - sua maior experiência e também na mobilidade urbana, que é um assunto de repercussão geral, sem dúvida, ligado à qualidade de vida e também a tudo aquilo que cabe à sua diretoria.

A minha pergunta é, dentro da dinâmica do deslocamento do usuário, o que o senhor pensa de projetos dentro dessa tão importante pasta ou dentro dessa tão importante diretoria?

O SR. SANTI FERRI - Bom, então, como já comentei, o que eu pretendo realmente é investir em tecnologia. A gente já tem lá na Artesp um CCI que já é um centro tecnológico. Como eu disse, ele controla, por exemplo, a questão de nível de serviço, recebe dados de volume de veículos a cada 15 minutos, as imagens de todas as concessões.

As iniciais não eram 100% de cobertura, mas acho que, a partir da segunda etapa, já tenha a imagem de todas as rodovias, então consegue acompanhar em tempo real muitas das coisas que acontecem, acidentes, eventuais ocorrências que acontecem na rodovia.

De qualquer forma, eu entendo que tem que ser ampliada a fiscalização. Eu sinceramente não acho bacana, por exemplo, um servidor ou um contratado ir lá na rodovia ficar testando o “call box” um por um, correndo o risco de ser atropelado. Temos que dar um jeito de, com a tecnologia, fazer um trabalho que envolva menos risco, seja mais célere e que tenha maior confiabilidade. Com eu falei, eu conversei com o secretário e nós já temos alguns planos para desenvolver esse tipo de tecnologia dentro da diretoria de operações.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Sr. Presidente, era isso, estou convicto da competência curricular do Sr. Santi, desejar a ele boa sorte, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, deputado Oseias de Madureira. Com a palavra, deputado Paulo Mansur.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Santi Ferri, eu queria cumprimentar você, parabenizar a indicação do governador Tarcísio no seu nome por toda a sua vasta experiência. Eu conversei muito com o governador, logo quando ele assumiu, e ele falou que o primeiro, o segundo e o terceiro escalão do governo dele seriam técnicos, e realmente ele está cumprindo essa missão ao colocar você.

As palavras do deputado Luiz Fernando, que estava aqui como suplente, porém acabou indo embora, mas tem muitos deputados, muitos políticos que entram na vida pública sem nenhuma experiência. São eleitos pelo voto popular, representamos o voto popular e assumimos um cargo importantíssimo sem experiência nenhuma por muitas das vezes.

Eu sou empresário e sei que, quando você chega no topo como diretor de uma empresa, você precisa passar por vários comandos, e você está apto para assumir o cargo da Artesp. E gostaria também de exaltar o governador, porque eu tenho sido muito bem-recebido pelos secretários do governo. Nós não conseguimos fazer agenda para a semana seguinte, para o dia que queremos. Não é porque a gente é deputado que o cara tem que atender a gente amanhã, as coisas não funcionam assim.

As pessoas têm agenda. Tem o nosso líder de Governo, que é o Xerife, que é uma pessoa super atenciosa, um querido. A gente precisa sim falar com os secretários, tentar trazer quem a gente possa aqui na comissão, mas eu acho que nós temos que ter calma

em relação à agenda das pessoas e tentar bater essa agenda para trazer as pessoas aqui para conversar na comissão.

O que eu gostaria de pedir, Santi Ferri, é essa atenção aqui, depois que V. Exa. assumir, porque eu acho muito importante você assumir esse cargo, para dar atenção à comissão. Porque aqui representamos um debate popular, e é um debate entre partidos. Alguns partidos têm umas ideias, algum partido tem outra e a gente representa esse voto. Então é muito importante escutar a gente, porque a gente vem trazendo o pedido do eleitor.

Por exemplo, temos ali na Baixada Santista as pessoas reclamando que tem a operação Subida, mas quem é de Santos e desce no domingo fica cinco meses descendo pela Anchieta e paga o mesmo pedágio, e teria o direito de descer pela Imigrantes

Então há muitas coisas que dá para se levar para a gente debater, conversar, para a gente melhorar a vida do cidadão paulista, mas tenho certeza de que, com o seu currículo técnico, você vai atender muito bem o estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado pelas colocações. Passo a palavra ao deputado Milton Leite Filho, vice-presidente desta comissão.

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - Boa tarde, Santi Ferri, parabéns pela indicação, parabéns pelo seu currículo. Eu vou ser bem breve aqui, até porque os que me antecederam já praticamente esgotaram tudo.

Alguns pontos bem simples, bem básicos. No seu entendimento, a tarifação de motocicleta versus a redução do pedágio é suficiente ou poderia ser melhorada? O impacto do “free flow”, qual seria, aproximadamente?

E outro ponto: na falta de legislação pertinente, qual é o seu entendimento a respeito dos aplicativos como Buser em operação no estado de São Paulo, uma vez que eles não têm regulamentação e trabalham de forma irregular, vamos dizer assim, de forma ilegal, e usam de pontos públicos? Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok. Com a palavra, Sr. Santi Ferri.

O SR. SANTI FERRI - A questão das motocicletas, eu entendo assim: as motocicletas usufruem da infraestrutura, então seria justo que também entrassem no rateio da tarifação. Agora, de novo, essa é uma questão de política pública que envolve mais o secretário do que a própria Artesp. Nesses casos de política pública, ela simplesmente acata o que...

O SR. - (Inaudível.)

O SR. SANTI FERRI - Do ponto de vista técnico... Eu sou especialista de pavimento, só para esclarecer alguns pontos, o pavimento é muito mais impactado pelas cargas pesadas, que são os caminhões e ônibus.

A questão do pavimento em si, eu acho que não teria tanto impacto se tivesse motocicleta ou não no pavimento, porém ela usufrui da infraestrutura. Então se você está fazendo um novo dispositivo em desnível, ele vai custar um tanto, e aquela motocicleta está usufruindo dessa infraestrutura, uma faixa adicional, uma duplicação.

Proporcionalmente eu acho que a tarifa deveria ser menor, até para veículos de passeio, mas, de certa forma, eles estão usufruindo e deveriam... Isso é minha opinião pessoal, não estou nem falando pela Artesp, e, de novo, eu acho que é uma questão de política pública, não caberia, ainda que eu fosse da Artesp, decidir sobre isso.

A questão do “free flow” precisa ser muito bem estudada, porque nós chegamos a fazer várias simulações, tanto aqui em São Paulo quanto lá no federal, e, dependendo da disposição dos pórticos, ele pode dar uma variação de volume naquele pórtico. Então a contribuição, sendo maior ou menor, depende de onde o pórtico está posicionado. Se ele for posicionado com uma distância equidistante a cada cinco quilômetros, é diferente dele ser posicionado em pontos estratégicos, por isso que precisam ser estudados os cenários, precisa-se fazer uma simulação de tráfego.

O SR. - (Inaudível.)

O SR. SANTI FERRI - Sim, é muito importante. Assim, precisa ser estudo. No federal, nós fizemos muitos cenários cobrando ou não o eixo suspenso, cobrando ou não motocicleta, colocando o “free flow” ou não, então precisa ser estudado o cenário para colocar para o órgão decisor - no caso o órgão de política pública - qual a decisão que ele vai tomar, se ele quer comprar uma briga ou não de aumentar tarifa. Normalmente, se for

para aumentar tarifa, é uma questão já sensível para a população, não dá para falar sem estudar os cenários antes, não consigo te dizer.

A questão do Buser, na verdade, eu não tenho uma opinião formada, até porque não faz parte muito da minha diretoria técnica com as concessões de rodovias, tem mais a ver com o transporte interestadual. Então a princípio prefiro não me posicionar e deixar para o meu futuro par, se é que serei aprovado, a lidar com essa questão.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Valdomiro Lopes.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Para aproveitar a presença do Dr. Santi Ferri, uma curiosidade: se ele tem alguma notícia sobre a construção da nova descida para o litoral, já que você citou tanto...

O SR. PAULO MANSUR - PL - Seria até importante ter outra Imigrantes.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Não, mas existe um projeto para isso, eu sei, em uma nova descida, e queria saber quais são os detalhes que você pode dar à esta comissão.

O SR. SANTI FERRI - Bom, eu não tenho essa informação ainda, mas a informação que eu tenho é que o secretário está com um plano de fazer PPPs no litoral de São Paulo, tanto litoral sul quanto no litoral norte, e possivelmente essa ampliação está sendo estudada no âmbito desses contratos.

Por ser uma PPP vai ter subsídio do governo, porque, por exemplo, no litoral norte, tem muito veículo sazonal, maioria de passeio, e também épocas de férias, enfim, é um volume sazonal. Ou seja, não sustentaria uma concessão para fazer ampliações em trechos de serras, que são caras. Então realmente vai precisar de um aporte do governo para viabilizar a concessão. E eu entendo que essa descida nova está sendo estudada no âmbito dessa PPP, mas não tenho maiores detalhes além desses, infelizmente.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado

Xerife do Consumidor.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -

Cumprimentar o Sr. Presidente, nobres pares desta comissão, parabenizar a atuação desta comissão tão importante, Comissão de Transportes e Comunicação. Cumprimentar o Santi Ferri, dizer que ficamos bastante felizes de saber que é um agente público estatutário, um agente público preparado para estar à frente dessa diretoria.

E que contribua muito para os benefícios de todas as estradas, de todos os cidadãos paulistas que precisam de serviços públicos de qualidade. Quero fazer um apelo também, após a aprovação aqui, Sr. Presidente, é regimental, deliberaremos hoje a votação, aprovação dele?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Nós temos que ter ainda,

na verdade, aqui hoje é só uma arguição.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -

Arguição.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É, nós não vamos

aprova-lo, porque isso nem foi publicado em Diário Oficial. Nós vamos ter o parecer do relator, que é o deputado Oseias de Madureira, na semana que vem. Depois, ouviremos, na semana que vem, a Dra. Regina Costa Rillo, que também vai ser arguida aqui nesta comissão. Nós já faremos a votação dos dois e a apresentação dos relatórios. O relator também, se não me falha a memória, é o Valdomiro Lopes, da Dra. Regina Costa.

Na quarta-feira que vem, eu vou pedir a presença de todos para que nós, após ouvirmos a segunda indicação para diretoria da Artesp, já vamos proceder à votação para aprovação ou não, os pares aqui que estão, dos dois indicados. Ok?

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -

Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Mais uma semana.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -

Quero dizer aqui ao Santi Ferri que, se aprovada for sua indicação através desta comissão, que se dedique a atender muito a este Parlamento, atender aos pleitos de cada deputado desta comissão, porque cada deputado desta comissão vai levar pautas legítimas, importantes e que servirão e virão ao encontro a atender os anseios de todos os cidadãos paulistas no estado de São Paulo.

Achamos que V. Sa. é preparada para estar ao cargo. Se for aprovado, a gente pede o comprometimento de V. Sa. nesse sentido. E, presidente, quero parabenizar V. Exa. pelo dinamismo que tem posto aqui nesta comissão.

Com isso, o estado de São Paulo ganha, todos nossos pares que estão nessa comissão com compromisso de trazer as demandas, demandas essas ouvidas através dos vereadores, dos prefeitos em cada município do estado de São Paulo e demandas essas ouvidas diretamente através da população. Este Parlamento que nós sabemos, temos que falar sempre, é um Parlamento importante, para nós o mais importante do País e o maior da América Latina. Então eu acho que esta comissão está fazendo seu papel.

E pedimos aos agentes públicos do estado que tenham o sentimento que tem o nosso governador Tarcísio de Freitas, o sentimento de ter as portas abertas para atender a todos os parlamentares desta Assembleia, para que o estado possa estar presente na vida dos municípios, para que a gente possamos ter um governo municipalista. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ATILA JACOMUSSI - SOLIDARIEDADE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, obrigado, deputado Xerife do Consumidor. Com a palavra, deputado Atila Jacomussi.

O SR. ATILA JACOMUSSI - SOLIDARIEDADE - Em primeiro lugar, presidente, quero parabenizar a indicação do Santi Ferri, que esteve no meu gabinete ontem apresentando seu currículo, sua experiência. Quero dizer, Santi, primeiro desejar boa sorte nessa caminhada.

Em segundo lugar, quero dizer para você aqui que comecei minha carreira também - quero falar para o deputado Mansur - como estatutário, fui servidor público da Prefeitura do Município de Mauá antes de ser político. Então a gente sabe que às vezes gerir uma empresa pública é diferente de gerir uma empresa privada, você tem que trabalhar muito na questão da humanização, do acolhimento.

E a gente sabe que muitas vezes, quando nós tomamos uma posição e nos tornamos deputados, temos uma grande missão com o povo, e o povo cria, diferentemente da iniciativa privada, uma expectativa, e agora o Santi vai criar essa expectativa não só para a Assembleia Legislativa, mas também para o povo paulista. Isso é muito importante dizer,

Então, Santi, o que a gente quer desejar... E quando eu disse para você ontem, e eu não mudo a minha posição, não é, Enio? Tenho uma posição única, sou muito transparente, Xerife, que ninguém tem direito de vetar o nome de ninguém. Até porque quando você veta, você dá o direito de ser vetado, e quando você veta, você deixa de ter uma oportunidade. Você só avalia alguém depois que ele está no cargo, está na posição, para que ele possa realmente demonstrar sua competência.

Então essa comissão aqui, todo povo paulista e os 94 deputados - não falo só dos integrantes da comissão - estamos dando um voto de confiança e uma expectativa muito grande no seu trabalho, porque nós somos cobrados, deputado Valdomiro, pelo povo do estado de São Paulo, é o povo que nos cobra.

Eu quero deixar aqui uma sugestão muito importante, Santi: Mauá é uma das cidades mais beneficiadas com a chegada do Rodoanel. Nós temos trecho sul e trecho leste, estamos perto do Porto de Santos, da Baixada Santista e perto também da região de rodovias importantes, como a Dutra e a Fernão Dias.

E passamos em um trecho em Mauá, na divisa com a zona leste, que é o verdadeiro corredor do terror, é onde - muitos deputados sabem - os grandes arrastões são feitos pela falta de segurança. Além de não ter a segurança, é um trecho hoje onde muitas pessoas são vítimas de acidentes e abalroamentos, muitos letais.

O que nós precisamos brigar junto com a secretaria e junto com a Artesp é algumas obras complementares tanto na questão de segurança quanto também na questão para diminuir o número de acidentes, porque é um trecho muito mal sinalizado em todos os sentidos. Então é muito importante isso, através deste investimento, que vem do próprio cunho do consumidor, do trabalhador, através do pagamento de pedágio sem estar onerando. Então quero desejar boa sorte, Santi, sucesso nessa caminhada aí.

O SR. SANTI FERRI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado, deputado Atila Jacomussi. Mais alguém? (Pausa.) Dando sequência aqui, gostaria de fazer somente um questionamento, a questão do “free flow”. Após a implantação deles, como ficará a situação, acho que você já estando lá na Artesp como de carreira, hoje emprestado à EPL, mas vai voltar, se Deus quiser...

A questão do “free flow”, como fica a situação dos pedágios existentes, essa despesa que hoje as concessionárias têm com carro-forte, trabalhadores, pessoas que estão ali nas cabines, despesa indireta e direta, não terá mais. Isso será descontado do valor de concessão que eles têm, será repassado ao estado? Vai abater no pedágio dos usuários, como você vê essa situação?

O SR. SANTI FERRI - Sim, a ideia é justamente essa, apurar todas as despesas, a mais e a menos que teremos nos contratos de concessão, e abater da tarifa, primordialmente seria abater no valor de tarifa. Ou seja, se a conta ficar positiva, sobrar dinheiro, obviamente o primeiro passo seria abaixar a tarifa.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, pelo menos nós temos aí uma esperança para que isso possa ocorrer. Eu tenho convicção que o papel da Artesp será exercido, sem dúvida nenhuma, que é fiscalizar as concessões e não compactuar com as concessões, como muitas das vezes acabamos vendo isso.

Ocorreu no passado e espero que daqui para frente, até com a sua posse na diretoria de operações, nós temos convicção e esperança de que isso vai ocorrer, a fiscalização em prol dos usuários e da nossa população do estado de São Paulo. Da minha parte, você tem experiência, formação e qualificação para ocupar este cargo que, na semana que vem, nós vamos votar o voto do relator aqui nesta Casa.

Mais algum deputado que queira fazer uso da palavra? (Pausa.) Bom, não havendo mais nada a ser tratado, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado pela presença de todos e até quarta-feira que vem.

* * *

Tikinet Edição Ltda.

- Encerra-se a reunião.

* * *